

A (NÃO) ASSUNÇÃO DA RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA EM ARTIGOS CIENTÍFICOS PRODUZIDOS POR ESTUDANTES DE LETRAS

THE (NON) ASSUMPTION OF ENUNCIATIVE RESPONSIBILITY IN SCIENTIFIC ESSAYS PRODUCED BY LETRAS STUDENTS

Ilderlandio Assis de Andrade Nascimento¹

Jorge Luis Queiroz Carvalho²

Rosângela Alves dos Santos Bernardino³

Resumo: *Este trabalho analisa a (não) assunção da responsabilidade enunciativa em artigos científicos produzidos por estudantes de Letras. Objetiva identificar, descrever e analisar a materialização da responsabilidade enunciativa, mostrando a quem são atribuídos os enunciados, considerando, mais precisamente, as indicações de quadros mediadores. O trabalho segue, entre outros, os postulados de Adam (2008), acerca da Análise Textual do Discurso (ATD) e da responsabilidade enunciativa dos enunciados, de Passeggi et al. (2010) e Rodrigues, Passeggi & Silva Neto (2010), em que se tem uma exposição pontual daquilo que caracteriza a abordagem de Adam para a ATD, e de Rabatel (2009), em discussão sobre o fenômeno da responsabilização. A análise do corpus revela que o estudante (L1/E1): (i) não assume a responsabilidade enunciativa dos enunciados, mas imputa a responsabilidade a uma fonte do saber (e2); (ii) materializa PdV anônimo, uma vez que não é possível identificar a fonte, o responsável pelo enunciado; (iii) o enunciador (L1/E1) assume claramente a responsabilidade pelo conteúdo enunciado; (iv) o enunciador (L1/E1) assume o dito, mas faz isso na dependência de uma mediação perceptiva. Os resultados evidenciam, portanto, além do diálogo materializado entre o estudante e os autores e/ou teóricos tidos como referenciais na área do saber, o comportamento discursivo desse estudante diante do discurso do outro, em que possibilidades várias existem de fazer menção a eles sem assumir o dito, de compartilhar com eles a responsabilidade, ou ainda de concordar, discordar, apoiar-se, entre outros.*

Palavras-chave: *Responsabilidade enunciativa; Texto acadêmico; Artigo científico.*

Abstract: *This work analyzes the (non) assumption of enunciative responsibility in scientific essays written by Letras students. It aims at identifying, describing and analyzing the materialization of enunciative responsibility, showing to whom speech output are attributed, considering precisely mediation boxes. The work follows, among others, postulations by Adam (2008) about and enunciative responsibility by Passeggi et al. (2010) and Rodrigues, Passeggi & Silva Neto (2010), in what we can see a punctual exposition from what is characterized in Adam's approach to ATD and Rabatel's (2009) in a discussion about responsibility phenomena. The corpus analysis reveals that (L1/S1): (i) do not assume enunciative responsibility for speech output, but he/she puts the responsibility on a kind of source knowledge; (ii) He/She materializes unidentified point of view (PdV)*

¹ Graduando do Curso de Letras, habilitação em língua portuguesa e respectivas literaturas, pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Bolsista PIBIC/CNPq. Pau dos Ferros, Brasil, e-mail: ilderlandionascimento@yahoo.com.br

² Graduando do Curso de Letras, habilitação em língua inglesa e respectivas literaturas, pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Bolsista PIBIC/UERN (Categoria voluntário). Pau dos Ferros, Brasil, e-mail: jorgecarvalho15@gmail.com

³ Docente do Departamento de Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestre e doutoranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pau dos Ferros, Brasil, e-mail: rosealves_23@yahoo.com.br

considering that it is not possible to identify the source, responsible for speech; (iii) the enunciator (L1/S1) clearly assume the output responsibility of enunciative content (iv)The enunciator (L1/S1) assume the said but do this depending on a perceptive mediation. The results show, beyond the materialized dialog between students and scholars/authors - that are seen as references from the area knowledge, student`s discursive behavior front of others` discourse that there are several possibilities to mention it, even without assume the said, the opportunity to share with them the responsibility, or even agree, disagree, support among others.

Key words: *Enunciative responsibility; Academic writing; Scientific essay.*

1 Introdução

O trabalho aqui proposto compartilha o interesse pela temática da escrita de textos acadêmico-científicos, aliando-se aos vários trabalhos que têm sido desenvolvidos pelos pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Produção e Ensino do Texto (GPET), do Departamento de Letras, do *Campus* Avançado “Prof.^a Maria Elisa de Albuquerque Maia”, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Ao mesmo tempo em que se filia às pesquisas já desenvolvidas no âmbito do GPET, apresenta-se como um estudo que analisa um importante aspecto da escrita acadêmica, que é a responsabilidade enunciativa, a partir da perspectiva teórica da Análise Textual dos Discursos (ATD) postulada por Adam (2008).

Dentro do quadro teórico da ATD, focaremos, pois, a categoria responsabilidade enunciativa dos enunciados, objetivando identificar, descrever e analisar a materialização da responsabilidade enunciativa, mostrando a quem são atribuídos os enunciados, considerando, mais precisamente, *as indicações de quadros mediadores*. Como desdobramento desse objetivo, nosso estudo procura responder às seguintes questões: o produtor assume a responsabilidade enunciativa dos enunciados proferidos no texto ou isenta-se da assunção desses enunciados, delegando a voz a outro(s)? Como esse produtor deixa transparecer o seu posicionamento em relação aos enunciados não assumidos por ele?

A escolha pelas *indicações de quadros mediadores*, como categoria de análise da responsabilidade enunciativa, justifica-se por levarmos em conta, principalmente, o pressuposto de que o texto acadêmico, em especial o artigo científico, pela sua própria natureza de tratar de (re)produção de conhecimento científico, marca com forte recorrência certa dependência de diferentes fontes de saber.

Para responder às questões de pesquisa desse trabalho, primando por uma análise de base qualitativa, seguimos os postulados de Adam (2008), acerca da responsabilidade enunciativa dos enunciados, em diálogo com Passeggi et al. (2010) e Rodrigues, Passeggi & Silva Neto (2010), autores que fazem uma exposição pontual daquilo que caracteriza a

abordagem de Adam para a ATD, e com Rabatel (2009), em discussão sobre a responsabilização. Com o apoio de outros estudiosos da área, travamos com esses autores um diálogo, de modo a compreendermos o desdobramento da (não) assunção da responsabilidade enunciativa na construção de sentido do texto acadêmico.

O *corpus* utilizado para análise neste texto constitui-se de 06 (seis) artigos científicos produzidos por estudantes do 7º (sétimo) e 8º (oitavo) períodos do Curso de Letras, da habilitação de Língua Portuguesa, publicados nos Anais do VII Colóquio de Professores de Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e de Literatura – VII CMELP (agosto de 2010) e nos Anais do I Colóquio Nacional de Estudos Linguísticos e Literários – I CNELL (outubro de 2010).

Como saldo para a área dos estudos linguísticos do texto e do discurso, este trabalho permite conhecer como e a quem o pesquisador iniciante atribui a responsabilidade enunciativa dos enunciados, dando conta de mostrar a dimensão do fenômeno da responsabilização em textos acadêmicos e de fortalecer os estudos que vêm sendo realizados bem recentemente no Brasil, sob o aporte teórico da ATD, sobretudo em grupos de pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e, de modo ainda mais recente, na UERN. Permite, além disso, a constatação do diálogo do estudante do curso de Letras com os autores aos quais se reporta e de como negocia os sentidos na articulação entre discurso citante e discurso citado que atravessa a tessitura dos textos por eles escritos.

Feita essa apresentação introdutória, para dar conta dos objetivos estabelecidos nesse trabalho, faremos, a seguir, algumas considerações sobre a responsabilidade enunciativa dos enunciados situada no quadro teórico da ATD, apresentando também os principais conceitos propostos pelos estudiosos que discorreram sobre essa temática; logo depois, faremos a análise do *corpus*, examinando alguns fragmentos representativos dos artigos selecionados; por fim, apresentamos uma visão sucinta dos resultados alcançados.

2 Considerações sobre a responsabilidade enunciativa dos enunciados

A noção de responsabilidade enunciativa, conforme Coltier, Dendale & Brabanter (2009), tem sido amplamente discutida desde os estudos de Culioli (1971) e, mesmo hoje, ainda não há um consenso com relação ao entendimento desse fenômeno. Culioli (1971 *apud* RODRIGUES, PASSEGGI & SILVA NETO, 2010, p. 153) defende que “toda enunciação supõe a responsabilidade enunciativa do enunciado por um enunciador”. Ducrot (1984, *apud*

RABATEL, 2009), partilhando da mesma noção, define o enunciador como a fonte dos pontos de vista, ou seja, como o sujeito responsável pelo seu dito. Já para Nolke, Flottum e Norén (2004, p. 31) – autores ligados à Teoria Escandinava da Polifonia Linguística (ScaPoLine): assumir a responsabilidade enunciativa é ser a fonte do enunciado, é estar na origem, é assumir a paternidade.

Nesta seção, vamos discorrer especificamente sobre a perspectiva adotada por Adam (2008), tal como ela aparece delineada no quadro teórico da ATD, e, em seguida, tratamos da visão assumida por Rabatel (2009). Isso porque, para fundamentar nossa análise, seguiremos essas duas perspectivas, já que é possível uma aproximação entre ambas.

A responsabilidade enunciativa, na ATD, é vista como uma das dimensões elementares da unidade textual básica, a proposição-enunciada. Adam (2008) aborda essa categoria em dois momentos de sua obra: no primeiro, a responsabilidade enunciativa é entendida como sendo uma *dimensão indispensável da unidade textual elementar* (ADAM, 2008, p. 115-122); no segundo, ela é abordada quanto aos *marcadores de responsabilidade enunciativa* (ADAM, 2008, p. 186-189). Diante disso, é possível constatar uma atenção significativa dada por Adam a essa categoria em relação às demais, não desprezando as outras, sendo que ela é entendida como indispensável à unidade elementar, à proposição-enunciada, o que podemos entender como constitutiva da produção de sentido do texto/discurso.

Conforme observaremos no esquema reproduzido a seguir, ela se configura com base nas dimensões discursivas e argumentativas e em enunciados anteriores e posteriores. Para uma maior compreensão, reproduzimos, abaixo, o esquema 10 elaborado por Adam (2008, p. 111):



Esquema 10 proposto por Adam (2010, p. 111)

A validade de um enunciado, de acordo com a ATD, realiza-se mediante a combinação de uma representação discursiva dada [A] e de um *ponto de vista* [B]. Essa combinação exige ainda, como essencial, um valor argumentativo [C] que projete seu valor ilocucionário. Adam (2008) também assume que a responsabilidade enunciativa, ou ponto de vista (PdV⁴) dos enunciados, liga-se por meio de cotextos anteriores e posteriores. Ele utiliza o termo *co(n)texto* “para dizer que a interpretação de enunciados isolados apoia-se tanto na (re)construção de enunciados à esquerda e/ou à direita (co-texto) como na operação de contextualização” (ADAM, 2008, p. 53).

A partir da proposta de Adam (2008), entendemos que a responsabilidade enunciativa/ponto de vista permite o desdobramento em questões como: a quem os enunciados são atribuídos? Quem assume a responsabilidade dos enunciados? Que marcas linguísticas são mobilizadas para delimitar a (não) assunção dos enunciados? Como os locutores se posicionam diante dos enunciados de outrem? Como os locutores manejam os enunciados deles e dos outros de forma a construir sentidos para o texto? Questões como essas, e outras, trazem à baila essa importante categoria da ATD, mostrando sua produtiva aplicabilidade para a descrição e análise de textos concretos.

Conforme o autor citado, as ações relatadas em textos são ligadas entre si pelo ponto de vista, sendo que este é, geralmente, marcado por introdutores. Ele cita alguns introdutores que assinalam esse PdV, tais como: *segundo, de acordo com, para*. Na concepção de Adam (2008), existem introdutores mais específicos, como, por exemplo, *Em Washington, Em Paris*. Esses exemplos de formas de introduzir “marcam uma zona textual sob a dependência de uma fonte de saber (mediação epistêmica) ou de percepção (mediação perceptiva)” (ADAM, 2008, p. 115).

Ainda conforme postula o autor, na construção de textos existem enunciados não assumidos pelo locutor-narrador. Nesse caso, tais enunciados são atribuídos a um outro enunciador, a uma outra fonte de saber. Assim, os enunciados podem ser ou não assumidos pelo locutor-narrador. Adam (2008) mostra que existem variados recursos linguísticos que funcionam na atribuição de enunciados a outros e, também, recursos que servem para assinalar que o locutor-narrador assume a responsabilidade pelo ponto de vista enunciado.

Na proposta de Adam (2008), a responsabilidade enunciativa pode ser materializada por diferentes categorias que englobam marcas linguísticas que a delimitam nos textos. São

⁴ Tanto Adam (2008) quanto Rabatel (2009) utilizam PdV como abreviatura da expressão *Ponto de Vista*, variando apenas em pequenos detalhes, conforme a proposta de cada um. Em Adam (2008), PdV é usada com sentido equivalente à *responsabilidade enunciativa*. Em Rabatel (2009), PDV (maiúsculo) é usado com sentido equivalente a *Ponto de Vista* ou *PEC*, tendo esses dois termos o sentido de *responsabilização*.

elas: índices de pessoas, dêiticos espaciais e temporais, tempos verbais, modalidades, diferentes tipos de representação da fala, indicações de quadros mediadores, fenômenos de modalização autonímica, indicações de um suporte de percepções e de pensamentos relatados. Essas categorias, de acordo com Passeggi et al (2010, p. 301), “permitem o estudo da responsabilidade enunciativa ou do PdV em suas várias formas de materialização”.

Rabatel (2009), mais recentemente, em seus estudos sobre a responsabilidade enunciativa, adota um ponto de vista até certo ponto próximo ao de Adam, especificamente no que diz respeito a ambos assumirem o desdobramento polifônico dos enunciados, reconhecendo, portanto, sua perspectiva dialógica (ver menção a esse respeito em ADAM, 2008, p. 110 e em RABATEL, 2009, p. 72). Afastando-se da visão de Culioli e de Ducrot, Rabatel reconfigura o conceito de responsabilização, defendendo que a responsabilidade enunciativa dos enunciados diz respeito apenas aos conteúdos em que o primeiro locutor/enunciador (L1/E1) julga como válidos e assume em seu discurso.

Rabatel (2009), ainda nessa perspectiva, elabora a hipótese de uma quase responsabilidade enunciativa (Quase-PEC/Quase-responsabilização) para os casos em que o ponto de vista, ao invés de ser assumido, pode ser imputado a outrem, ou seja, apontando o outro como a fonte e sujeito responsável pelo que foi dito. Convém mencionar, no entanto, que a quase-responsabilização não suprime a responsabilidade enunciativa de L1/E1, uma vez que é por meio da Quase-PEC que esse mesmo L1/E1 poderá se posicionar e assumir o seu próprio ponto de vista posteriormente. Para elucidar melhor as noções de responsabilidade enunciativa ou Quase-PEC, Rabatel (2009) propõe um estudo da responsabilização nos contextos de reconhecimento dos PdV, níveis de engajamento ou desengajamento no dizer e a força ilocutória.

Rabatel (2009) diz que, nos casos em que o PdV de outro é inserido por L1/E1 em seu discurso, o reconhecimento acerca desse ponto de vista pelo primeiro locutor-enunciador é evidente. Isso, no entanto, não significa que L1/E1 irá se pronunciar sobre a validade desses PdV em seu discurso em um primeiro momento. Posteriormente, na medida em que L1/E1 demonstrar o reconhecimento do PdV de outrem é que veremos emergir sua posição e a manifestação de seu próprio PdV que, não necessariamente, estará em concordância com o PdV do outro. Desse modo, para que possamos entender melhor a distinção entre responsabilização e reconhecimento, é necessário termos compreensão acerca do conceito de imputação, ou seja, quando L1/E1 atribui o PdV citado a outrem.

Na responsabilização não há apenas o reconhecimento de um PdV. Há também a assunção por parte de L1/E1 desse determinado ponto de vista. Isso nos faz entender que a assunção de pontos de vista por L1/E1 implica um reconhecimento deles. No entanto, reconhecer um ponto de vista não significa, necessariamente, assumi-lo. Há a possibilidade de L1/E1 reconhecer um ponto de vista e situá-lo em seu discurso sem que ele o assuma. Nesses casos, o reconhecimento pode se dar pela imputação, quando L1/E1 se utiliza do PdV de outrem para manifestar-se sobre ele de diferentes maneiras, como, por exemplo, discordando, afastando-se dele ou apenas relatando-o de forma neutra.

Outro contexto de responsabilização que Rabatel (2009) menciona é a questão do engajamento/desengajamento. Para ele, um maior ou menor engajamento por parte de L1/E1 acerca de seu dizer não implica uma maior ou menor responsabilidade. Esse pressuposto parece repercutir em conjunto com a força ilocutória do locutor. Voltando o foco para Adam (2008), observamos que esse autor, ao falar sobre a força ilocutória, sugere que o valor argumentativo de um enunciado que projete o seu valor ilocucionário, ao lado da responsabilidade enunciativa e da representação discursiva (cf. Esquema 10), são os elementos constituintes da proposição-enunciada, unidade mínima de análise na ATD.

Adam (2008), assim, sugere que toda representação discursiva [B] pressupõe a manifestação de um ponto de vista [A]. O valor ilocucionário resultante das potencialidades argumentativas [C], de acordo com esse mesmo autor, é indissociável de uma representação discursiva [B]. Desse modo, a responsabilidade enunciativa de um enunciado [A] só assume sentido na relação com o valor argumentativo dele [C]. No que diz respeito a essa questão, Rabatel (2009) afirma que uma força ilocutória baixa não implica a não assunção da responsabilidade enunciativa. Desse modo, entendendo em Adam (2008) que o valor ilocucionário dos enunciados é um elemento indissociável da RE, vemos, mais especificamente em Rabatel (2009), que essa dimensão constitutiva da proposição-enunciada, independentemente da maneira pela qual se manifesta, seja modalizando, escondendo ou assegurando a validade do seu dizer, não irá comprometer a responsabilidade enunciativa deste dizer.

Rabatel (2009), então, ao diferenciar responsabilidade enunciativa de imputação, nos diz que a quase-RE é mais útil em situações explícitas onde o L1/E1 toma uma posição com relação ao PdV imputado. Essas posições a serem tomadas a partir da quase-RE podem se manifestar de diferentes maneiras, como, por exemplo, pelo desacordo (não

responsabilidade), pela neutralidade (responsabilidade zero) ou pelo acordo (responsabilidade).

Considerando, portanto, os diferentes posicionamentos apresentados, constatamos que a noção de responsabilidade enunciativa apresenta divergências conforme os teóricos que se dedicaram ao assunto, visto que eles não apresentam um pensamento uniforme sobre a temática. No entanto, inferimos que esses estudiosos compartilham do princípio dialógico inerente a todo enunciado e da assertiva de que o locutor-narrador pode se encarregar de assumir, ou não, o conteúdo proposicional dos enunciados.

Feita essa exposição teórica, iremos voltar nossa atenção para a análise do *corpus*, procurando elucidar as questões de pesquisa levantadas acerca da responsabilidade enunciativas em artigos científicos produzidos por estudantes de Letras.

3 Análise do *corpus*

Dentro da categoria das *indicações de quadros mediadores*, entendemos, de acordo com Adam (2008, p. 119), que essa categoria se materializa através de marcadores, modalizações por tempos verbais, verbos de atribuição de fala, reformulações e oposições. Para ilustrar essas marcas e as maneiras pelas quais elas se delineiam indicando a descrição da responsabilidade enunciativa, inserimos, a seguir, fragmentos de artigos científicos constitutivos do *corpus* da pesquisa, a fim de explicar sobre alguns desses indicadores.

Fragmento (1)

Antes de partirmos para o estudo sobre a refacção textual, é importante discutir um pouco sobre as noções de texto e textualidade, a distinção entre cada uma, e quando podemos considerar algo como um texto e identificar os elementos de textualidade presentes em cada um. Dessa forma, convém mencionar que, **segundo Costa Val, (2006, p. 03)**: “Pode-se definir texto ou discurso como ocorrência lingüística falada ou escrita, de qualquer extensão, dotada de unidade sociocomunicativa, semântica e formal”.

Dessa forma, compreendemos que nem tudo o que é escrito ou falado pode ser considerado texto, para que uma unidade lingüística possa ser considerada texto, precisa primeiramente ser dotado de sentido, capaz de promover a interação entre os falantes. Além disso, vale ressaltar que um bom texto deve atender aos fatores pragmáticos, semânticos e formais da língua, como foi bem explorado por Costa Val (2006, p.05). (ACICNELL 02, p. 02)

Nesse fragmento, constatamos que o estudante discute a noção de texto e textualidade, procurando mostrar a distinção entre essas noções. Nessa discussão, ele recorre às palavras de Costa Val (2006, p. 03), por meio de um discurso citado direto. Ao mobilizar outra voz para

seu discurso, o estudante instaura um movimento dialógico materializado por meio de marcas linguísticas.

No fragmento, percebemos a presença de outro enunciador no texto, outra fonte, outro discurso que não é assumido, a saber: o discurso de Costa Val (2006, p. 03). Tal discurso é citado como discurso de autoridade, como competente autoridade da área que apresenta conceitos dignos de serem retomados. O uso do marcador “*segundo*” indica a existência de uma mediação epistêmica que insere a citação em destaque sob dependência do PdV de Costa Val (2006, p. 03). Nessa situação, é possível notar que a responsabilidade enunciativa do que foi citado não é assumida pelo produtor físico do enunciado e, sim, creditada a uma fonte do saber, no caso, Costa Val (2006, p. 03). Além disso, as aspas delimitam o enunciado sob a dependência desse outro ponto de vista (ADAM 2008), marcando, desse modo, o que é assumido pelo produtor do artigo e o que não é assumido, mas delegado a outro.

Ademais, as aspas também aumentam o distanciamento da responsabilidade do enunciado, ou seja, ao fazer uso das aspas, L1/E1 se mantém distante da responsabilidade enunciativa, fazendo recair a responsabilidade sobre e2, a saber, Costa Val.

Mas como o locutor enunciador do texto (ou L1/E1) se posiciona em relação a essa outra voz delegada a outro? Posteriormente, L1/E1 retoma a citação com o uso da expressão “*Dessa forma*”, referindo-se ao discurso do autor citado, seguido do verbo na primeira pessoa do plural “*compreendemos*”. Essa tomada de posição demonstra a assunção da responsabilidade enunciativa da proposição enunciado que se segue por parte do enunciador, sendo essa assunção materializada pelo verbo na primeira pessoa do plural.

É possível perceber, ainda, que L1/E1 se apoia no PdV de Costa Val (2006, p. 03), configurando-se, também, uma Quase-PEC na concepção de Rabatel (2009). Apoia-se porque o PdV imputado é usado como base e sustentação na explicação do conceito de *texto*. É uma Quase-PEC porque o PdV não é assumido pelo produtor do artigo, sendo que ele não discorda desse PdV, mas se apoia nele.

Fragmento (2)

Fala-se em Estilística desde o século XIX, passando esta, somente a partir do século XX, a compor o campo de estudos científicos da linguagem, o qual é encabeçado pela Linguística. Quanto ao seu papel dentro do modo de estudar a linguagem cientificamente, **podemos afirmar, juntamente com Martins (1989)**, que cabe a ela “estudar as variedades, quer da língua falada, quer da língua escrita, adequadas às diferentes situações e próprias de diferentes classes sociais” (MARTINS, 1989, p. 6), ou seja, desempenha o papel de estudar os aspectos sociais da linguagem. (ACICNELL 04, p. 02)

No fragmento acima, utilizando os critérios formulados por Adam (2008), temos duas proposições-enunciadas: a primeira se inicia com um verbo em terceira pessoa do singular seguido do pronome “se”, “*Fala-se*”, e termina com um ponto final; a segunda compreende toda a porção final do texto. O assunto abordado nesse evento, que compreende essas duas proposições-enunciadas, é a “*Estilística*” e seu objeto de estudo.

Na primeira proposição, constatamos a existência de um PdV anônimo, uma vez que não é possível identificar a fonte, o responsável por esse enunciado, exceto se levarmos em consideração a existência de teóricos que falam desse campo de estudos desde o século XIX, mas que, no entanto, não foram mencionados. Passeggi et al (2010, p. 302), a esse respeito, nos dizem que a identificação de um enunciador “requer buscar sua presença nos objetos de discurso”. No exemplo ilustrado, no entanto, não existem elementos que indicam a presença de um enunciador. Isso faz com que o produtor do artigo “afirme determinados PdV sem assumir o conteúdo, isto é, o PdV anônimo materializa a não assunção da responsabilidade enunciativa” (PASSEGGI et al, 2010, p. 302).

Na segunda proposição, encontramos algumas marcas que assinalam um PdV ao mesmo tempo assumido e compartilhado com outro, a saber: “*podemos afirmar*”, “*juntamente com Martins*”. Nesse caso, percebemos que o PdV creditado a Martins também é assumido pelo enunciador através das marcas linguísticas utilizadas com o verbo em primeira pessoa do plural “*podemos*”, seguido do verbo *dicendi* “*afirmar*” e com o advérbio de modo “*juntamente*”.

Fragmento (3)

Segundo Bakhtin (2003 p. 301), ao utilizarmos a fala nos apropriamos sempre de um gênero textual, ou seja, todos os nossos discursos proferidos requer uma “Forma padrão e relativamente estável de estruturação”. É a partir de conversas cotidianas que moldamos nosso modo de falar em que se configura na composição de um gênero, sendo que, ora empregamos de uma maneira mais simplificada e ora precisamos ser mais formais e dinâmicos quanto ao seu uso. (ACICNELL 08, p. 02)

Neste outro fragmento, ao trabalhar a temática dos gêneros textuais, L1/E1 inicia um parágrafo imputando a Bakhtin a responsabilidade enunciativa pelo dito através do mediador epistêmico “*segundo*”. Além desse introdutor, as aspas cumprem função delimitadora e assinalam o conteúdo sob a dependência de um outro PdV. Seguindo os estudos de Adam (2008), constatamos que L1/E1 atribui a uma fonte do saber, no caso Bakhtin, (2003, p. 301), o conteúdo do que foi enunciado. Acolhendo os postulados de Rabatel (2009), podemos perceber que a maneira pela qual o autor (L1/E1) se situa com relação ao PdV imputado a e2,

Bakhtin (2003 p. 301), é de concordância, sendo reconhecido por L1/E1. Este enunciador, na sequência do parágrafo, volta a assumir a responsabilidade pelo conteúdo das proposições enunciadas.

Há casos em que o produtor do texto (L1/E1), após imputar um PdV a outrem, assume categoricamente a responsabilização pelo dito, expressando, assim, seu ponto de vista. Nesses casos, compreende-se a posição tomada por L1/E1 com relação ao PdV imputado. Assim, o posicionamento de L1/E1 em relação ao PdV imputado só é possível de ser constatado se considerarmos aquilo que Adam (2008) chama de *co(n)texto*. Adam (2008, p. 53) utiliza esse termo “para dizer que a interpretação de enunciados isolados apoia-se tanto na (re)construção de enunciados à esquerda e/ou à direita (co-texto) como na operação de contextualização”. Desse modo, o fragmento a seguir mostra esse jogo dialógico entre discurso citante e discurso citado, revelando o posicionamento, os pontos de vistas assumidos por L1/E1 na construção do texto científico.

Fragmento (4)

Segundo Solé (1996), a leitura é um processo de interação entre o leitor e o texto. **Então podemos dizer** que primordialmente para que haja essa interação entre o leitor e o texto, deve haver conhecimento, gosto pelo que se vai ler, até porque dificilmente lemos o que não nos agrada. (ACVIICMELP 03, p. 02).

Constatamos que o primeiro enunciado desse parágrafo não é assumido por L1/E1, mas é imputado a uma fonte do saber, qual seja, Solé (1996). O introdutor “*Segundo*” marca uma porção do texto atribuída a outrem, sendo que o ponto final assinala o término da porção textual sob a dependência desse outro.

Mas o evento acima não é construído apenas sob a dependência de uma fonte do saber. Constatamos o posicionamento de L1/E1 com relação ao discurso citado anteriormente. Nesse excerto, vemos o produtor utilizar o verbo na primeira pessoa do plural “*podemos*” ao referir-se a um conteúdo relativo ao do discurso citado anteriormente. Desse modo, instaura-se um acordo de L1/E1 com as palavras de Solé (1996). Tanto é que L1/E1 assume o enunciado, mas o faz como uma espécie de conclusão do dito imputado a outro. A partícula inicial “*Então*”, que introduz o enunciado assumido por L1/E1, produz esse sentido.

Fragmento (5)

É muito comum percebermos nos livros didáticos as regras de gramática fixa. Eles não trazem outros métodos de análise linguística. **Nos últimos tempos observamos** que os

alunos de ensino Fundamental e Médio utilizam gramáticas no ensino da língua, mas de forma incorreta por não se basearem em análise de estudos lingüísticos. (ACVIICMELP 01, p. 02)

No evento 5, constatamos um caso em que o enunciador (L1/E1) assume claramente a responsabilidade pelo conteúdo enunciado. No primeiro enunciado, L1/E1 cita uma opinião dele, porém baseada no senso comum, qual seja: “*É muito comum percebermos nos livros didáticos as regras de gramática fixa*”. Nesse caso, temos aquilo que Adam (2008) denomina de *mediação perceptiva*.

No segundo enunciado, também é utilizado o mesmo recurso: “*Nos últimos tempos observamos...*”. Nesse caso, o enunciado é uma opinião do enunciador, assumida por ele, mas feita na dependência de uma *mediação perceptiva*, ou seja, o enunciador opina baseando-se em uma observação feita não apenas naquele momento, mas nos “*últimos tempos*”.

Fragmento (6)

Infelizmente, muitos paradidáticos escolhidos como incentivo a leitura, não condizem com a realidade do discente, outras vezes, tem uma linguagem cuja variante linguística os alunos não conhecem. (ACVIICMELP 03, p. 01)

Nesse outro evento, diferentemente dos demais, temos um enunciador totalmente comprometido com o conteúdo enunciado. Ao discorrer acerca do material paradidático, o enunciador emite uma opinião, um ponto de vista, assumindo a responsabilidade enunciativa pelo dito. É significativo, logo na abertura do parágrafo, o uso do advérbio de modo “*infelizmente*”, que lança, semanticamente, influência sobre todo o enunciado. Cabe dizer que, ao utilizar esse advérbio, o enunciador envolve-se completamente e deixa evidente seu ponto de vista.

Conforme o exposto, na escrita de artigos científicos, o estudante do Curso de Letras recorre a vozes de outrem como recurso de autoridade, para validar suas afirmações. Além disso, constatamos a existência de um PdV anônimo, uma vez que aparecem enunciados em que não é possível identificar a fonte. Outros casos assinalam que o estudante, ao mesmo tempo em que atribui um PdV a outrem, assume-o e compartilha da responsabilidade enunciativa por ele.

Ademais, os recursos lingüísticos utilizados para materializar a (não) assunção da responsabilidade enunciativa compreendem, entre outros, aspas, verbos *dicendi*, modalizadores epistêmicos. Ao atribuir/imputar a responsabilidade enunciativa a uma fonte do saber, o estudante também enuncia sua opinião, na maioria das vezes concordando.

Vale lembrar, ainda, casos em que o estudante deixa transparecer sua opinião, seu ponto de vista claramente no texto. Essas constatações evidenciam o diálogo materializado entre o estudante e os autores e/ou teóricos tidos como referenciais na área do saber, mostrando o comportamento discursivo desse estudante diante do discurso do outro, em que possibilidades várias existem de fazer menção a eles sem assumir o dito, de compartilhar com eles a responsabilidade, ou ainda de concordar, discordar, apoiar-se, entre outros.

4 Conclusões

Neste trabalho, tendo como base teórica os estudos da ATD, focando a categoria responsabilidade enunciativa dos enunciados, analisamos artigos acadêmico-científicos produzidos por estudantes do curso de Letras, objetivando identificar, descrever e analisar a materialização da responsabilidade enunciativa, e mostrar, pois, a quem são atribuídos os enunciados. Além disso, buscamos responder a questões como: o produtor (L1/E1) assume ou delega a outros a responsabilidade enunciativa dos enunciados proferidos no texto? Como esse produtor deixa transparecer o seu posicionamento em relação aos enunciados não assumidos por ele?

Em linhas gerais, a análise mostrou que, ao trazer outros discursos para seu texto, o estudante (L1/E1): (i) não assume a responsabilidade enunciativa dos enunciados, mas imputa a responsabilidade a uma fonte do saber (e2); (ii) materializa PdV anônimo, uma vez que não é possível identificar a fonte, o responsável pelo enunciado; (iii) o enunciadador (L1/E1) assume claramente a responsabilidade pelo conteúdo enunciado; (iv) o enunciadador (L1/E1) assume o dito, mas faz isso na dependência de uma *mediação perceptiva*. Ademais, a análise mostrou que os recursos linguísticos mobilizados para materializar a responsabilidade enunciativa (não) assumida foram verbos, aspas, advérbios, modalizações.

Esses resultados não esgotam as possibilidades que o *corpus* pode apresentar. As outras categorias propostas por Adam (2008) mostram-se também suscetíveis de serem analisadas em materialidades diversas de textos acadêmico-científicos, de modo a enriquecer o conjunto de estudos que atualmente se volta para o fenômeno da responsabilidade enunciativa dos enunciados.

Referências

ADAM, J. M. **A linguística textual**: uma introdução à análise textual dos discursos. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da S. Neto e Eulália Vera

Lúcia Leurquin. Revisão Técnica: Luis Passeggi e João Gomes das S. Neto. São Paulo: Contexto, 2008.

COLTIER, D.; DENDALE, P.; BRABANTER, P. de. La notion de prise en charge: mise en perspective. **Langue française** – La notion de prise en linguistique, n. 162, juin, 2009, p. 3-27.

PASSEGGI, L. *et al.* A análise textual dos discursos: para uma teoria da produção co(n)textual de sentido. In: BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. (Org.). **Linguística de texto e análise da conversação**: panorama de pesquisas no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010. p. 262-312.

RABATEL, A. Prise en charge et imputation, ou la prise en charge à responsabilité... **Langue Française** – La notion de prise en charge em linhuistique, n. 162, juin., 2009, p. 23-27.

RODRIGUES, M. das. G. S.; PASSEGGI, L.; SILVA NETO, J. G. da. “Voltarei. O povo me absolverá...”: a construção de um discurso polêmico de renúncia. In: RODRIGUES, M. das. G. ; PASSEGGI, L.; SILVA NETO, J. G. da. (Org.). **Análises textuais e discursivas**: metodologias e aplicações. São Paulo: Cortez, 2010. p. 150-195.

Data de recebimento: 30 de abril de 2012.

Data de aceite: 04 de julho de 2012.